



José Gomes Ferreira, leitor de Aquilino

Carina Infante do Carmo

Universidade do Algarve

Centro de Estudos Comparatistas – Universidade de Lisboa

A meio de um depoimento sobre a publicação em folhetim da novela *O Malhadinhas* no *Diário de Notícias*, de 14 de Novembro de 1974, José Gomes Ferreira introduz um parêntese que define a sua posição face a Aquilino Ribeiro, entre as suas afinidades electivas:

(Entre parênteses, devo dizer que, pessoalmente, nunca o tratei por mestre, mas uma ou outra vez utilizei essa expressão nas dedicatórias dos livros que lhe enviava. Lembro-me, a propósito, que uma vez soube que só havia uma pessoa que o Aquilino tratava por mestre: Raul Brandão). (Ferreira, 1974a: 17)

A admiração inequívoca por Aquilino, com quem travou conhecimento amistoso, não obstante a relativa diferença de idades – Aquilino nascera em 1885 e José Gomes Ferreira, quinze anos depois –, dá ensejo à revelação de um traço de união muito forte entre os dois: a admiração por Raul Brandão. Aquilino Ribeiro dera conta desse sentimento numa série de pequenos ensaios reunidos em *Camões, Camilo, Eça e Alguns Mais* (1949): aí elabora o retrato fascinado do autor de *Húmus*, com a sua proeminência benigna nas tertúlias do Chiado e do cenáculo seareiro (a que Aquilino também pertenceu) e a força da sua arte «desintegradora e interrogativa» (Ribeiro, 1975: 187)¹ em que se congregavam a aguarela atlântica e a sombra desolada da dor humana, o direito à revolta dos explorados e o sentido da beleza potencial da vida.

¹ Vejamos outro retrato de Brandão inserido por Aquilino num friso de outras figuras da mesma geração: «[...] estou a vê-lo subir e descer a calçada, alto e curvo, branco, de uma brancura de choupo esfolado, com a capa de Sgnarelo às costas e a bengalinha arcaica na mão, o criador do Gabiru. Tinha sido uma espécie de Luciano

Alheado da geração de *Orpheu*, Gomes Ferreira, tal como a sua jovem geração republicana, chegou a Raul Brandão através de Leonardo Coimbra; no final da década de 10, viveu como um abalo sísmico a revelação do universo brandoniano de dor e espanto existenciais, vindo a chamar-lhe, sem rodeios, seu «mestre secreto» (Ferreira, 1980: 13)². Impressionou-o a pluralidade vocálica que estilhaça interiormente o sujeito brandoniano e que o põe frente à alteridade ético-social dos humilhados e aos pesadelos da História. O grito brandoniano figura uma subjectividade exasperada; entre a moral burguesa vigente e o sentimento moral da culpa. A essa voz polémica que fala para si em voz alta e que se confessa na voz do outro vai Gomes Ferreira buscar as raízes férteis do seu remorso social e do seu espectáculo ventríloquo, tanto na prosa quanto na poesia recolhida em *Poeta Militante* (1977 – 78-83).

A *Memória das Palavras* (1965) identificara já o ascendente brandoniano de José Gomes Ferreira, numa avaliação bastante negativa do «restolho católico-saudosista-integralista» (Ferreira, 1979: 83) da década de 20, a que escapavam muito poucos escritores: «Ao lado de Brandão colocávamos o Fialho dos contos rústicos, a verdade camponesa do incomparável Aquilino das *Terras do Demo*, Camilo, Dostoievski, Tolstoi, Gorki, Strindberg...» (ibid.). Nessa panorâmica depreciativa da vaga neo-romântica, em que o próprio José Gomes Ferreira se inseriu, com os livros de poesia *Lírios do Monte* (1918) e *Longe* (1921), destoia pela positiva o exemplo humano, cívico e artístico de Aquilino, cuja consagração como grande ficcionista se firma nesse período, em função da exuberância linguística e da sua marca regionalista.

Mesmo se publicados várias décadas depois dos factos relatados, estes comentários confirmam a maturidade intelectual de José Gomes Ferreira que não marcou distância em relação a Aquilino, como o fizeram não poucos presencistas e neo-realistas dos anos 30, assim como muitos dos que, a partir do final dos anos 40, absorvem o paradigma órfico e modernista, sob o impacto da publicação e consagração dos autores de *Orpheu*. A sua descoberta de Pessoa e a imersão modernista não o fará esquecer o vitalismo solar e essa pícara verdade camponesa que se materializa nas personagens do Malhadinhas, Calhorra, Mil-Fomes ou Zê-Lumba e na própria figura do escritor que, nas palavras de Pina de Moraes, transcritas em *A Memória das Palavras*,

das ratas quanto aos pavores de além campa, um convulsionário de ideias macabras, e faleceu cercado de todos os fantasmas a que deu vida sobrenatural truculentíssima. Tinha medo do vácuo e deixou um vácuo bem assinalado no terreno das letras» (Apud Mendes, 1977: 77-78).

² Esta fórmula de homenagem surge originalmente num texto que integra um número especial da Gazeta Musical e de Todas as Artes (n.º 122-123, Maio-Junho 1961), dedicado a Brandão, vindo a integrar Relatório de Sombras (1980). Sobre esta filiação de José Gomes Ferreira, cf. Maria João Reynaud, 2004: 127-139.

«[t]rouxe da terra um farnel de salpicão que lhe vai durar toda a vida» (ibid.: 107; itálico do texto). Aliás, no prefácio a *Um Escritor Confessa-se* (1974), José Gomes Ferreira faz um retrato similar desse gigante escritor-camponês, patriarca de um mundo rural em extinção a cuja casa ocorre uma comitiva de artistas em férias:

Este prazer manteve-o Aquilino toda a vida. Estou a lembrar-me da visita que, aí por 1950, a Maria e o Chico Keil, o Fernando Lopes-Graça e eu lhe fizemos de surpresa na Soutosa, onde, com as mais fidalgas artes de lavrador-anfitrião, o escritor nos obrigou a provar os mimos da sua casa: presunto, queijo, pão, manteiga, uvas, mel, vinho e até leite!

Não me contive que não lhe dissesse:

– Isto é um autêntico ágape bíblico (tirante o presunto, claro)!

Senti-me no princípio do mundo. De outro mundo. (Ferreira, 1974b: 17)

A verdade é que, quando responde ao inquérito acima referido do *Diário de Notícias*, José Gomes Ferreira tinha escrito, havia pouco, o prefácio onde expôs a sua leitura de Aquilino e as razões fundas para lhe chamar abertamente mestre. Trata-se de «Uma inútil nota preambular» (de Março de 1974) a *Um Escritor Confessa-se*, publicado em Junho do mesmo ano. Começa assim: «Pois sou eu – interrogo-me com perplexidade de pudor vexado –, sou eu que, neste instante de tempo e de mundo, aqui estou a intentar extrair da minha timidez de caos indeciso uma «nota preambular» para o famoso livro de memórias do Aquilino?» (ibid.: 7). O título e o *incipit* do prefácio encenam a sedutora *captatio benevolentiae* dos leitores por parte do «aprendiz de escritor» (ibid.: 8), ciente da responsabilidade de prefaciá-lo «poderoso Aquilino» (ibid.). Daí a «cambalhota» (ibid.) auto-irónica e funâmbula que o leva a imaginar a promoção do livro, com o seguinte anúncio: «“inútil nota preambular de José Gomes Ferreira posfaciada por 400 páginas de Aquilino Ribeiro”» (ibid.).

A fama do livro vinha, de facto, de longe. Centrado nos anos de 1901 a 1908, *Um Escritor Confessa-se* assume, na forma autobiográfica, a evocação da infância beiroa, a passagem pelo Seminário, a chegada a Lisboa e ao activismo republicano até à fuga clandestina rumo ao primeiro exílio, em Paris. Escrito e revisto pelo autor no final da vida, entre 1961 e 1962, «o famoso livro de memórias do Aquilino» ficou na gaveta por vontade expressa do autor, na sequência do processo judicial de que fora vítima, em 1958, por causa de *Quando os Lobos Uivam*, e dos entraves movidos pelo regime salazarista à sua candidatura ao Prémio Nobel da Literatura, dois anos depois. Como recorda Roberto Vecchi, era do conhecimento público a existência daquele livro, que deu azo a um artigo com título homónimo, no *Correio Beirão* (n.º 162, 1962), e de que a *Seara Nova* (n.º 1559) publicou um excerto, em 1967 (Vecchi, 1990: 183-184). O pressentimento dos ventos de mudança política levará,

depois, a editora Bertrand e os herdeiros do escritor a tomarem a decisão de dar à estampa o póstumo. Para completar a edição, chamam José Gomes Ferreira para o prefaciá-lo e assim dar o testemunho vívido (na infância, em todo o caso) da primeira década do século XX, tratada naquela obra de Aquilino³.

A encomenda tem ainda uma segunda razão de não pequena importância. É que, em Março de 1974, José Gomes Ferreira era o Presidente da recém-fundada Associação Portuguesa de Escritores; sê-lo-á até 1975. Nessa tarefa de prefaciá-lo Aquilino, José Gomes Ferreira protagoniza, deste modo, outro importantíssimo traço de união com Aquilino que, em 1956, tomara a seu cargo a fundação e a primeira presidência da Sociedade Portuguesa de Escritores, depois violentamente extinta em 1965. A iniciativa arduamente conquistada do associativismo de escritores dá sinal das muitas décadas em que a cultura e a literatura em especial foram um modo saliente de intervenção política. Em particular, desde os tempos esperançados do Pós-Guerra e do MUD, organização oposicionista a que ambos os escritores pertenceram. Sendo muito mais do que mero instrumento da política, o campo literário incorporou as tensões ideológicas que o campo político, coarctado pela ditadura, reprimia violentamente: mais do que qualquer outra expressão artística, foi com a literatura que se consolidou um frentismo político-cultural antifascista, hegemonicamente liderado, até aos anos 60, pelo movimento neo-realista.

O ano de 1958 fez de Aquilino um ícone do escritor-cidadão de destacado papel no combate político, depois de anos de intervenção mais discreta e de uma perspectiva céptica acerca da história humana, plasmada na sua novelística dos anos 30-40. Evidentemente que não se podiam esquecer o seu passado de republicano subversivo, insurrecto e preso nas cadeias salazaristas, o prestígio de cidadão íntegro e independente, além do papel essencial que desempenhou entre nós na afirmação do escritor profissional(izado) e de um campo literário autónomo. Mesmo assim, 1958 é um meridiano essencial para a sua biografia, indissociável da história nacional. Se nesse ano passa a sócio efectivo da Academia de Ciências de Lisboa, ganham especial importância a sua participação na Comissão de Honra da candidatura de Humberto Delgado e, acima de tudo, a publicação de *Quando os Lobos Uivam* que, depois de apreendido pela Censura, o sujeitou a um processo judicial, à pronúncia, mandato de captura e respectiva caução pelo mesmo motivo. Tal facto estimulou, em sua defesa, a mobilização empenhada de muitos artistas e

³ Segundo informação dada por Aquilino Ribeiro Machado, a escolha de José Gomes Ferreira deveu-se à sugestão de Carlos de Oliveira, amigo e companheiro de ambos nas tertúlias dos cafés de Lisboa.

intelectuais portugueses e levou até a um revés público e internacional do regime de Salazar que se verá obrigado a amnistiar o escritor em 1960⁴. Nesse mesmo ano, formaliza-se a candidatura ao Prémio Nobel de Literatura, a pedido de uma centena de signatários, entre eles naturalmente José Gomes Ferreira⁵.

Por último, há que identificar um derradeiro traço de união: a opção autobiográfica, constante na obra de José Gomes Ferreira, autor que incansavelmente joga o jogo da verdade fingida, fixando e pondo a nu o reconto lacunar da vida na primeira pessoa, a reversibilidade precária do nome e do rosto do artista e a pluralidade das suas representações do mundo. Quanto a Aquilino, esta é uma opção de escrita muito relevante. Além do arco autobiográfico que une dois volumes de memórias da I Guerra Mundial (*É a Guerra* e *Alemanha Ensanguentada*, 1934) a *Um Escritor Confessa-se*, o ficcionista aquilinoiano reincide regularmente na autobiografia romanceada, em especial, mas não só, nos ciclos da infância (*Cinco Réis de Gente* e *Uma Luz ao Longe*, 1948) e da juventude (*A Via Sinuosa*, 1918, e *Lápides Partidas*, 1945). A preponderância deste *continuum*, a que Roberto Vecchi chama «macro-autobiografia» (Vecchi, 1990: 174), não pode escamotear a cautela reticente com que o próprio Aquilino levou à prática a escrita autobiográfica. Não é ocasional que *Um Escritor Confessa-se* tenha tido um subtítulo primeiro que não *Memórias* mas «Romance» (ibid.: 178-179) e que o texto, aqui e ali, escape, por omissão, imprecisão ou invenção, à possibilidade de verificação documental do relato: Aquilino preferiu compor um género espúrio que, segundo Gomes Ferreira, «sabia mentir a verdade» (Ferreira, 1974b: 21)⁶, tocado pelo matiz *chiaroscuro* da aventura pícaro e pela força sobrevivente dos que, como ele, sabem «trincar[r] avidamente a maçã da vida» (ibid.: 67).

Em «Uma inútil nota preambular», José Gomes Ferreira satisfaz com êxito a encomenda dos herdeiros, ao fixar as suas memórias infantis da Lisboa em vésperas da implantação da República. Afora a experiência do Seminário e as aventuras campesinas da adolescência de Aquilino, ambos os escritores têm em comum a Lisboa da primeira década do século XX, com a ressalva de nela terem vivido com idades muito diferentes. Por isso, o prefaciador não enjeita a emoção de evocar as

⁴ Cf. Caldeira e Andringa, org., 1994.

⁵ No volume antológico *Aquilino Ribeiro. A Obra e o Homem*, Manuel Mendes inclui a mensagem e os nomes de dezenas de escritores portugueses que apoiaram a candidatura de Aquilino Ribeiro ao Prémio Nobel (Apud Mendes, 1977: 55-60).

⁶ A reticência aquilinoiana em escrever autobiograficamente revela-se numa fórmula de eco flaubertiano: «[...] a minha obra sou eu próprio. Mas, as personagens a que procurei dar vida não são desdobramentos de mim mesmo. Frequentemente são apenas remates lógicos das personagens que cada um traz em gérmen na maneira de ser e de pensar, mas somente em gérmen» (Apud Mendes, 1977: 69).

lembranças mais recuadas da cidade, reavivadas pela leitura de *Um Escritor Confessa-se* (as perseguições de João Franco ou a homenagem aos regicidas), e de aqui se colocar em posição paralela à de Aquilino:

E que pátria a da minha infância! E que Lisboa! Inçada de bufos do juiz Veiga, com revolucionários de pêra, bigode e barbas caprichosas a conspirarem pelos cantos, os jornais amordaçados pela «lei celerada» de 13 de Fevereiro, as prisões cheias de percevejos e de bons burgueses fabricantes de bombas, as escadas a cheirarem a gatos livres e a letria das pensões, as meias-desfeitas nas tabernas, com os garfos atados às mesas por correntes de ferro, e a carência quase total de higiene. Todo um quadro de decadência chula acentuada pelos discursos cretinos dos descendentes do Conselheiro Acácio – sempre, em todas as épocas, tão vivos na nossa terra – e a marialvice funesta de alguns falsos aristocratas que batiam o fado nas adegas. (Ferreira, 1974b: 10)

Compreensivelmente lamentará que Aquilino não tenha continuado a relatar, num segundo volume, as memórias da República vencedora e, em particular, da resistência antimonárquica que, em 1919, moveu muitos lisboetas na chamada «epopeia de Monsanto» (ibid.: 27), já antes por si reencenada em *A Memória das Palavras*. O ímpeto das enumerações potencia, de resto, a reanimação viva desse episódio:

Penso às vezes – por poesia, claro está – que talvez [os monárquicos insurgentes] tivessem cometido esse intrigante e ilógico disparate por respeito fidalgo pela população lisboeta – em 1919 republicana até ao fundo dos ossos. Pressentiram possivelmente que seria criminoso conquistar pela astúcia uma cidade em que os homens e as mulheres, quando tomaram consciência da situação, vieram para as ruas aos gritos de horror entusiástico, a rebuscar nos museus e nos recantos dos alçapões as poucas armas existentes. Qualquer servia para os grupos combatentes improvisados: mosquetes com azebre, espetos de assar carne, bacamartes de carregar pela boca, pistoleiros ferrugentos, paus de vassoura afiados e, principalmente, essas espantosas balas de água que são as duras lágrimas dos olhos determinados. (ibid.)

Nessa conformidade, o prefácio ousa continuar o legado memorialístico do mestre, avaliando com ponderação o voluntarismo dos regicidas e a dignidade de D. Manuel II. Por isso também aproxima Aquilino de Fernão Lopes, quando, no capítulo XV de *Um Escritor Confessa-se*, aquele passa a escrito o cenário lisboeta contemplado das águas furtadas onde viveu oculto durante alguns meses de 1908, depois de se ter evadido da esquadra do Caminho Novo e de se ver acusado de colaborar com bombistas da Carbonária.

Claro que a paixão com que escreve Gomes Ferreira se explica pela memória afectiva «da voz quente e luminosa de [seu pai]» (ibid.: 20), Alexandre Ferreira, que foi político republicano, maçónico e (até à sua morte, em 1950) animador de centros e associações populares. O conhecimento de causa e a força da memória desse início do século XX são reivindicados com afinco pelo prefaciador, na medida em que assume a herança das palavras paternas e com elas enriquece as suas recordações de criança:

Desejo entretanto esclarecer que, apesar da minha meninice, esse ar de princípio do século, ao mesmo tempo deletério e inocente, nunca mais me saiu dos pulmões e certos episódios ainda hoje trago gravados às unhas na memória, porque, como é de ciência banal, não nos recordamos apenas do que vivemos directamente, mas da herança das histórias, anedotas, opiniões, amores, birras dos pais, mããs e avós. (Dos vivos herdamos palavras. Dos mortos, coisas.) (ibid.: 9-10)

Até parte avançada do prefácio, sugere-se um paralelo fortíssimo entre o pai, «mestre de virtudes republicanas», como lhe chama na dedicatória do volume I de *Poeta Militante*, e o autor de *A Casa Grande de Romarigães*, tendo ambos sido protagonistas da luta clandestina antimonárquica. Em causa está a definição da «personalidade a ferro, fogo e nuvens (sobretudo nuvens)» (ibid.: 12) de José Gomes Ferreira, enformada pela referência de duas datas matriciais do século XX: a implantação da República, em 1910, e a Revolução Russa, de 1917. Tal díptico histórico organiza o seu fascínio revolucionário maioritariamente reportado ao espaço nacional e lisboeta da sua aprendizagem infantil; por isso será toda a vida um inveterado jacobino mesmo depois das leituras marxistas, porque sempre guiado pelo exemplo do pai amado e pela atmosfera republicana, «carregada de Victor Hugo, Zola, Kropotkine e Convenção Francesa, simultaneamente heróica, ingénua e acanhada» (ibid.: 9).

Esta comoção da memória é, todavia, mais do que prova de admiração filial. Como tive ocasião de o desenvolver noutra lugar⁷, a memória da 1ª República é também, para este escritor, uma resposta ao desejo de testemunho de uma época e de intervenção possível na vida social durante a ditadura salazarista. No prefácio em estudo repete o gesto de resistência, já patente em «Infância estragada», publicada

⁷ Carina Infante do Carmo. «A 1ª República na intervenção sonâmbula de José Gomes Ferreira». Act 20. Philology, Memory, and Forgetfulness/ Filologia, Memória e Esquecimento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Centro de Estudos Comparatistas (no prelo).

no livro de crónicas-conto *O Mundo dos Outros* (1950), e em *A Memória das Palavras* (1965). Sem escamotear o idealismo republicano e a turbulência das suas muitas quezílias, crimes e traições, José Gomes Ferreira faz do texto que lê Aquilino, datado de Março de 1974, um modo de defesa desse «regime de quinze anos tão vilmente atacado por todos os lados» (Ferreira, 1974b: 26); ou seja, contrária à versão do Estado Novo no seu controlo social do passado, traduzido numa hagiografia nacionalista e imperial e na deturpação e amnésia deliberadamente orquestrada contra a República.

Por sinal, *Um Escritor Confessa-se* tem uma idêntica motivação de denúncia, quando Aquilino dá conta da sua pertença revolucionária que, sabe, perdurará para além da sua vida: «A geração a que pertença nasceu revolucionária, as gerações que alvoreceram depois de mim revolucionárias perduraram. É com essa ténpera que nasce o sol» (Ribeiro, 1974: 392). A ela se alia o ataque subtil ao poder ditatorial do seu tempo de escrita, pelo meio enviesado de falar do reinado de D. Carlos e do crepúsculo monárquico. Leia-se a seguinte passagem:

Este escrúpulo, que os déspotas e autocratas têm pela legalidade nos escalões subalternos, é enternecedor! Depois de suprimir as liberdades fundamentais do homem e com elas as garantias consignadas na Constituição, mostram-se executores desvelados no formal, por exemplo, quanto a prover um lugar de porteiro, a efectuar um arresto, a proceder a uma vistoria. Este rigor é a pifia contrapartida de seus atropelos. A cada passo invocam a lei. Armam em hierofantes severos. Qual é a pá que os há-de enterrar? (ibid.: 292)

Nada a estranhar se tivermos em conta, com Óscar Lopes (1990a: 10-11) e mais recentemente com Isabel Cristina Mateus (1989), a importância da História na obra de Aquilino. Sobretudo a releitura irónica e pícara da História nacional que, com perseverança, desmitificou o passadismo patrioteiro, herdeiro da ficção histórica romântica. De *As Três Mulheres de Sansão* (1932) a *Príncipes de Portugal* (1953), foi esse um dos trilhos mais relevantes da sua obra, fazendo do passado colectivo um modo de se posicionar criticamente face ao presente. Nesse sentido, antecipa o teatro épico de Cardoso Pires, Sttau Monteiro e Bernardo Santareno e, no pós-25 de Abril, o romance histórico de José Saramago.

Voltando ainda ao paralelo entre Aquilino Ribeiro e Alexandre Ferreira, importa sublinhar a perspectiva social com que é interpretada a ascensão de ambas as personalidades à pequena burguesia urbana; classe que, na entrada do século passado, não enjeitava o «micróbio revolucionário» (Ferreira, 1974b: 18) do republicanismo e «chamava às bombas 'artilharia civil'» (ibid.: 19). Por via indirecta José Gomes Ferreira aproxima os dois homens do ponto de vista ideológico, elogiando a posição

socialmente empenhada do pai que acreditava na transformação do mundo pela educação e pela cultura. Entretanto, não deixa de salientar a peculiaridade pícara dos antecedentes de Aquilino, fugido do Seminário de Beja – uma dessas «fábricas em série de mediadores entre os homens e os anjos (sem a ajuda de Bach)» (ibid.: 13) – e bafejado por uma suposta apoteose de iniciação erótica, a anteceder o desembarque em Lisboa.

O humor de Gomes Ferreira segue-lhe as pisadas biográficas contadas em *Um Escritor Confessa-se* mas, em boa verdade, com isso consegue chegar a uma análise muito lúcida da transformação do campo cultural e intelectual português do final do século XIX até às primeiras décadas do século XX. Por isso, pode distinguir Aquilino Ribeiro da linhagem iniciada pela Geração de 70, «intelectuais e até aristocratas bem vividos [que] se di[zia]m socialistas numa pátria sem operários» (ibid.: 15), alheados da luta desencadeada pela burguesia republicana. Essa geração foi determinante para o projecto demo-republicano da *Seara Nova* e veio a ser rebatido, nos anos 30, por jovens intelectuais tocados pelo fascínio marxista e por uma nova consciência do seu papel social: lembre-se, a título de exemplo, a polémica de José Rodrigues Miguéis com a direcção da revista *Seara Nova*, em 1930, e a conferência «A cultura integral do indivíduo», proferida por Bento de Jesus Caraça, em 1933. Ambas as referências apontam para o sentido emancipador (e não apenas reformador) atribuído à cultura e para o posicionamento revolucionário do intelectual face ao povo trabalhador.

Em função deste quadro de mudança histórica, José Gomes Ferreira encontra em Aquilino uma singularidade decisiva, garantida pelas suas nunca esquecidas raízes campesinas:

Ao invés dos fidalgos de pensamento e sangue da geração de 70, Aquilino aderiu, resolutamente, aos companheiros da tuna do senhor Mira [pequeno-burgueses republicanos de província], o que, no entanto, não lhe anulou o seu amor pelo povo camponês que manteve intacto pelas aventuras fora, no seu duro combate contra as palavras e contra os homens. Na vida e na Arte ninguém pode acoimar o extraordinário autor de *Aldeia de traidor às origens*. [...] nos próprios romances passados na cidade, em geral tão mal compreendidos, era com essa rusticidade que os engendrava e escrevia, vingando-se dos senhores da burguesia, como uma espécie de Júlio Dinis do avesso, armado de visões psicológicas de camponês anatoliano, a pisar, desastrado, os tapetes das Mónicas & Companhia, sem disfarçar, com a habitual astúcia dos artistas (*astúcia*: palavra cara a Pavese), o desprezo medular pela raça que, durante séculos, explorou a terra e as

suas gentes – as da foice e da enxada – que Aquilino tanto amou amargamente, sem demagogia, até à hora da morte. (ibid.)⁸

Em Aquilino, José Gomes Ferreira não reconhece a «Causa do povo teórico» (Ferreira, 1979: 70), patente no pitoresco rural de Júlio Dinis e Roque Gameiro, que provém da matriz romântica e se tornará motivo central da cosmovisão salazarista. Em rigor, há nele

[u]m camponês evoluído, evidentemente, que não se inibe de descer à cidade, em passo de brutamontes, para pisar, como seus, os salões, os cafés, os tribunais, as ideias, o intrincado do trânsito, sem respeito pelas visões (aristocratas ou burguesas) anteriores [...]

E quem não o ler a esta luz não o entenderá, nunca poderá compreender sequer pela rama os seus romances citadinos, tão desconcertantes para alguns. (Ferreira, 1966: 119-120; itálico do texto)

Importa saber que a ficção aquiliniana está repleta de vagabundos e sonhadores, de pícaros e ladinos, das misérias e virtudes de homens e mulheres, endurecidos pelas agruras do campo remoto, e também de muitas «palavras com pêlos e patas, desde as raposas de rabo alçado com um crescente ou facho a arder até aos lobos fantásticos de *António das Arábias e o seu cão Pilatas*» (Ferreira, 1974b: 18; itálico do texto). Se o estereótipo da crítica aquiliniana o remete para o particularismo regionalista, é na agreste geografia sentimental da aldeia que Aquilino chega a uma universalidade a que não falta a esperança na perfectibilidade positiva dos homens. As palavras do próprio Aquilino são eloquentes quanto ao seu ideário libertário e compassivo para com o povo humilde e para com a Natureza no seu todo:

O homem, este animal que está ao alto da escala biológica na majestade e na relíquia, é no polipeiro que se encontra mais estreme e pitoresco. O melhor dador de sangue e de arte vem dali. Por isso o romancista tem um fraco congénito por esse bicho proteico, estrelado de bem e de mal, incoerente, absurdo, mas em que palpita melhor que no seu irmão superior, já decantado da ganga elementar, o futuro do mundo. (*Apud* Mendes, 1977: 81)

A reforçar o acerto da leitura de José Gomes Ferreira, há que sublinhar que entre *A Memória das Palavras* e o prefácio a *Um Escritor Confessa-se*, já em *Imitação dos Dias* (1966) José Gomes Ferreira enuncia as linhas de leitura essenciais que

⁸ Itálicos do texto.

justificam o seu «culto por Aquilino» (Ferreira, 1966: 119). Nesse diário inventado de artista, quatro fragmentos incidem especificamente sobre a obra e a figura do autor, tendo por pano de fundo a desolação causada pela sua morte, em 1963. Além da exuberância linguística, destacam-se vários aspectos identificados logo nas primícias de Aquilino, em *Jardim das Tormentas* (1913), que o prefaciador lera à data da sua publicação: a «lição de autenticidade castiça» (ibid.), «a ideia de *ofício*» (ibid.; itálico do texto) do escritor e «aquela crueldade antidemagógica dos artistas autênticos» (ibid.: 120) que o faz falar sempre «*com lógica do tojo*» (ibid.: 119; itálico do texto). Senão vejamos os termos peremptórios com que José Gomes Ferreira se explica:

Creio agora que a maior originalidade de Aquilino reside em representar – pela primeira vez na História da Literatura Portuguesa – o mundo subjugado dos cinco ou seis ou sete milhões de camponeses da nossa terra, classe que, antes de ele aparecer, nunca havia aberto o bico no romance, salvo nesta ou naquela contrafacção para comprazimento e sossego do burguês reinante. (ibid.)

Se é inquestionável, como afirma em «Uma inútil nota preambular», que Aquilino é o «cronista que genialmente eternizou os últimos anos da Civilização Rústica, agora moribunda em Portugal» (Ferreira, 1974b: 28), tal facto não obsta a que ele projecte na sua obra uma leitura transformadora do mundo, iluminista no essencial, embora destituída dos instrumentos de análise da dialéctica histórica marxista. É aliás ponto assente que, se Aquilino defende o mexilhão ladino contra a força de poderosos e déspotas, a verdade é que secundariza as tensões económicas da sociedade em favor das tensões eróticas. Ainda assim, graças a esse seu olhar cru e compassivo, Aquilino Ribeiro participa da viragem ideológica, de profundo (mesmo se incompleto) «rompimento com a sensibilidade literária anterior» (Lopes, 1990b: 173), vinda do século XIX e vivida, de modos muito diferentes, por Raul Brandão, Aquilino Ribeiro, Camilo Pessanha e pelos modernistas Almada Negreiros e Fernando Pessoa. Quem o defende é Óscar Lopes que, em *Cifras do Tempo*, associa todos eles a uma dissidência da democracia e do progressivismo liberal-burguês, da família e do cristianismo aburguesados, do amor sentimental, da justiça e do direito estabelecidos⁹. Situados em pontos bem distintos no espectro ideológico

⁹ Nesse âmbito faz sentido recordar as afinidades ideológicas que unem Brandão a Aquilino, sendo que o primeiro, em particular no póstumo *O Pobre de Pedir* (1931), denuncia, na voz do protagonista burguês, a culpa e o medo fantasmático do eclipse da sua classe social e da revolta anárquica das classes humilhadas e exploradas durante séculos.

português, todos esses escritores protagonizaram uma relevante viragem do ponto de vista das ideias sobre a sociedade.

Como já antes enunciei, não é linear o posicionamento ideológico de Aquilino ao longo do tempo, especialmente se considerarmos o tom descrente de livros publicados nas imediações da II Guerra Mundial. Será com *Volfrâmio* (1944) e, catorze anos depois, com *Quando os Lobos Uivam* que se tornam mais evidentes a aproximação a aspectos sociais de actualidade imediata e a confiança na capacidade de iniciativa e organização colectiva e popular. Graças a essa evolução ideológica e a uma intervenção pública mais activa, facilita-se a redescoberta de Aquilino pelas gerações mais novas, sobretudo a que participava na resistência cultural antifascista e gravitava à volta do neo-realismo. É sintomático que o conceito de artista interventivo e o tratamento literário dado ao povo estejam na origem da reacção problemática a Aquilino dentro do movimento neo-realista, quando à partida seria de esperar uma identificação mais fácil com este mestre. Vejamos em que termos isso sucedeu.

Para o efeito, socorro-me de um depoimento de João José Cochofel também recolhido no *Diário de Notícias*, de 14 de Novembro de 1974. Aí o crítico e poeta elogia a verdade da figura literária do camponês aquilino, não sem aludir à recepção desconfiada de parte significativa do ecossistema neo-realista. Em contraste evidencia alguns poucos, como ele próprio ou Carlos de Oliveira, que, mais sofisticados e amadurecidos, diria eu, admiravam discretamente o magistério do mestre beirão:

Sempre fui aquilinoista ferrenho desde os meus tempos de rapaz, mesmo quando, na roda dos meus companheiros de Coimbra, Aquilino não era nem muito lido nem muito apreciado. Acusavam-no de difícil acesso (irra, só com um dicionário ao lado!), de cultivar desmesuradamente a forma em desfavor do conteúdo (a dicotomia que hoje nos faz sorrir, mas que nessa altura era levada muito a sério) e de não tratar de temas de interesse actual. Só um restrito grupo, a que o Carlos de Oliveira e eu pertencíamos, ia descobrindo, com alvoroço quase envergonhado, a grandeza excepcional do escritor: os meandros, os segredos e as origens da sua prodigiosa escrita e as subtilidades da verdade das suas personagens e dos seus conflitos. (Cochofel, 1974: 17)¹⁰

À partida saía vencedora entre os neo-realistas a sensibilidade anti-aquiliniana que tinha dificuldades em lê-lo e não o compreendia, sob pretexto de ele obscurecer a eficácia da mensagem com o excesso formal da linguagem e com o pitoresco

¹⁰ Este texto foi depois inserido em *Iniciação Estética seguida de Críticas e Crónicas*. Lisboa: Caminho, 1982, 106-107.

dos seus tipos populares¹¹. O testemunho de Cochofel evoca, com subtilidade, a velha batalha entre a forma e o conteúdo e, em última instância, a convivência de sensibilidades, o antagonismo de posições acerca do marxismo, da arte e do artista que atravessaram o neo-realismo desde os anos 30 até ao auge do seu conflito interno, entre 1948 e 1953. Aquilino Ribeiro constitui neste contexto um paradigma problemático de representação realista e, como tal, mais um marco delimitador de posições naquela contenda entre neo-realistas.

Não é despreciando saber que aquele movimento cultural e literário se debateu com a questão incontornável do destinatário das suas criações, independentemente da sua maior ou menor propensão para fazer render a arte à mensagem política. Importa considerar o problema do isolamento social do artista neo-realista não apenas pelo ambiente ditatorial mas também pela sua condição de classe, em regra, pequeno-burguesa face ao povo trabalhador, que era objecto do seu desvelo ideológico e o destinatário sonhado para as suas criações. Não obstante terem alcançado um público alargado, é indelmentível que os poetas e prosadores neo-realistas viveram o desejo grandemente frustrado de chegar às classes trabalhadoras, como se depreende da dedicatória de Alves Redol a *Fanga* (1943): «Para vocês, fangueiros dos campos da Golegã, escrevi este livro. Que algum dia o possam ler e rectificar – porque o romance da nossa vida só vocês o saberão escrever» (Redol, 1976)¹².

Por seu turno, Aquilino não recusa ao escritor a função de intervenção no mundo social, desde que não comprometa o imperativo de fazer arte. Nos seus termos, a literatura implica a necessária compreensão do meio físico e social envolvente do homem e funciona como «sorte de catalisador do facto social pelo que envolve de informação, impulsionamento, construtura» (*Apud* Mendes, 1977: 82). Todavia, não tem ilusões quanto à origem dos seus leitores: «Vivo das letras, o que me dá muita

¹¹ Um exemplo desse tipo de argumentação é reconhecível no prefácio inédito de Álvaro Cunhal, de 1963, recentemente publicado na edição comemorativa dos 50 anos de *Quando os Lobos Uivam*, pelas Edições Avante!. Trata-se de um texto datado, sectário até, porque tocado pela desconfiança antiformalista sobre Aquilino, não lhe recusando, todavia, a sua contribuição para o desenvolvimento da arte realista em Portugal, limitado pelo regime ditatorial. A publicação de *Quando os Lobos Uivam* e todo o contexto político envolvente justificam da parte do prefaciador uma certa condescendência para com Aquilino a quem não nega o amor do povo, a ligação às raízes culturais portuguesas e a capacidade de finalmente harmonizar a grande escrita com a luta democrática: «O caso de Aquilino é disso [da mordaza fascista] um exemplo gritante. O escritor regionalista, cujo maior mérito reconhecido fora sempre o estilo, mas pecara pelo portuguesismo abstracto e superficial dos ambientes, temas e heróis, ganha uma nova grandeza no dia em que inspirado pela consciência cívica e encorajado pelas lutas populares de massas, se decidiu a falar, com amor e paixão, da vida e da luta do povo sob a ditadura fascista» (Cunhal, 2008: 20).

¹² Sobre este assunto, cf. Margarida Losa, 1999: 181-194.

honra. Tenho um público fiel; gente escolhida. O povo, a terceira classe, interessa-me como matéria plástica, não como clientela. Primeiro não sabe ler e, mesmo que soubesse, não compraria livros» (ibid.: 69).

Segundo Aquilino Ribeiro, «[p]ara que seja possível desentranhar da vida [o]s tipos flagrantes de humanidade, é condição indispensável que ao escritor seja lícito manejar o espéculo a todo o quadrante social» (ibid.: 82). Aquilino não se atém nem idolatra nenhuma classe, nem identifica nenhum grupo ascendente e potenciador de mudança. Claro que esse espéculo social alargado, encontramos-lo também na literatura neo-realista, embora ajustado à análise histórica das tensões económicas e ideológicas da sociedade, favorecendo a massa trabalhadora em que se reconhece uma esperançosa potência transformadora. Por isso, são inúmeros os textos neo-realistas que se ocupam de uma casa senhorial, em regra decadente, de *Casa na Duna* (1943) a *Barranco de Cegos* (1962).

Ainda assim, contra a sua vontade e por força das circunstâncias nacionais, dominam ainda na ficção e na poesia neo-realistas o proletariado rural, o camponês, *malhadinhas* ou não, enquadrado por um panorama telúrico, rudimentar e ruralista, de óbvia herança oitocentista. Daí o termo *malhadinhas* ser usado por Carlos de Oliveira em «O que é o povo?», texto de 1970, incluído em *O Aprendiz de Feiticeiro*, onde se formulam duas ideias-chave.

A primeira é a de que Aquilino é elevado à categoria de paradigma na figuração do povo: Oliveira refere o «povo astucioso, malhadinhas (no sentido aquilino do termo), fazendo das fraquezas forças, transformando a dependência, a coacção e outras servidões numa espécie de guerrilha irónica, às vezes involuntária, que dá a esta literatura pícaro o seu tom mais original» (Oliveira, 1979: 178). A segunda ideia-chave é a de que Carlos de Oliveira anuncia um «desfasamento voluntário» (Parrado, 1994: 5) em relação a Aquilino, por este não escolher um povo diferente, o operariado industrial, e não revelar a sua pulsão revolucionária. E, no entanto, esta apreciação de Carlos de Oliveira denuncia os limites do sonho de uma nova literatura empenhada, sem obstar, no seu caso, a uma profunda admiração pela vibrante lição aquilina. Convém não esquecer que Carlos de Oliveira e José Gomes Ferreira organizaram a colectânea *Contos Tradicionais Portugueses*, em 1958. No volume IV da referida colectânea incluíram narrativas modernas que glosam, por aspectos temáticos, estruturais ou expressivos, as histórias tradicionais. Entre elas está «No Solar de Montalvo», de *Jardim das Tormentas* (1913), dando a Aquilino o estatuto de exemplo do escritor que, na boa linhagem romântica e garrettiana, sabe ir à fonte

preciosa do povo e nele encontra a energia refundadora para a sua criatividade e para a sua ideia de país por inventar.

Integrado no xadrez neo-realista, José Gomes Ferreira não alimenta dilemas ideológicos e de classe diante da figura daquele mestre da prosa portuguesa. Sabe que, desde jovem e por diferença da Geração de 70, Aquilino favoreceu a representação de figuras populares e pertenceu à plêiade de escritores que «não perdiam tempo a discutir teoricamente se deviam, ou não, intervir» (Ferreira, 1974b: 18). A vigilância auto-irónica de José Gomes Ferreira salvaguarda-o, entretanto, de análises sectárias e dos excessos de sonhos solidários com leitores populares que (ainda) não tem¹³. Sendo assim, não tem pejo em atribuir ao autor de *Terras do Dermo* o atributo de genialidade pela composição apaixonada, mesquinha e sobrevivente dos «seus amados camponeses» (Ferreira, 1966: 120) e de todo um mundo em extinção irremediável.

Por tudo o que até agora disse, é compreensível que José Gomes Ferreira acompanhe as lágrimas do filho mais novo, leitor emocionado de *O Romance da Raposa*, e leve para *Imitação dos Dias* a comoção revoltada pela morte do Mestre. A essa homenagem póstuma não se esquecerá de juntar a referência ao estilo e à arte de narrar, especialmente apurados no final da vida literária de Aquilino Ribeiro. Chama-lhe até «sopro poético» (ibid.: 181): «Poesia, claro está, nunca desligada do movimento psicológico das personagens ou do desenrolar da história (ibid.: 182). Mesmo se se salvaguarda pela modéstia de qualquer pretensão a crítico literário, José Gomes Ferreira não se fica pelos lugares-comuns habitualmente atribuídos a Aquilino. Enumera alguns deles: «a variedade exuberante do vocábulo, o luxo das locuções, o castiço da frase vernácula, a virilidade portentosa do contorno estilístico, o vigor pitoresco do discurso, etc.» (ibid.: 181). No prefácio a *Um Escritor Confessa-se* sabe igualmente reconhecer o vigor técnico do relato da viagem de Telmo e Dionísia, em *A Casa Grande de Romarigães*, e contesta os ataques daqueles que cristalizavam Aquilino na destreza de um dicionário exuberante e anquilosado:

Como se um escritor devesse limitar-se a aprender a arte de embalsamar as palavras de todos os dias e não ousar arrancá-las dos sepulcros e estratificações do tempo, reinventando-as, completando-as até, ressuscitando enfim o que parecia morto para sempre. (Ferreira, 1974b: 9)

¹³ Os dilemas de classe do escritor empenhado são, no entanto, matéria relevante em *Imitação dos Dias* (1966) e *O Irreal Quotidiano* (1971). Sobre esta matéria, cf. Carmo, 2002, 93-100.

Por causa do labor linguístico, José Gomes Ferreira deixa a sugestão do paralelo entre Aquilino e Guimarães Rosa e encontra no primeiro uma razão forte para a literatura ter um funcionamento por essência histórico: o facto de ela ser um processo de transporte no tempo e de travessia dos tempos, graças à sua matéria-prima que é a linguagem. Ao valorizar o acto de criação e memória da escrita literária, Gomes Ferreira subverte a argumentação dos que não são capazes de seguir o desafio aquilino e preferem reconhecer na literatura um qualquer dialecto básico do quotidiano. Vence, no fim de contas, aqueles que não conseguem descortinar em Aquilino Ribeiro a herança colectiva e dialógica da palavra e o trabalho social da linguagem que só a literatura sabe fazer: inventando novas possibilidades para o real e participando na corrente de comunicação ininterrupta entre os homens, desde tempos imemoriais. Aí reside, na sua leitura, um dos trunfos mais fortes de Mestre Aquilino.

Bibliografia

- CALDEIRA, Alfredo e ANDRINGA, Diana (org. e notas) (1994). *Em Defesa de Aquilino Ribeiro*. Lisboa: Terramar.
- CARMO, Carina Infante do (2002). «'Que sei eu do povo?', uma entre outras interrogações incómodas de José Gomes Ferreira». In António Manuel Ferreira (coord.). *Presenças de Régio*. Actas do 8º. Encontro de Estudos Portugueses ALEP. Aveiro: Universidade de Aveiro, 93-100.
- COCHOFEL, João José (1974). «Aquilino Ribeiro em folhetim no *Diário de Notícias*. Escritores depõem». *Diário de Notícias* 1031, 14.11.1974, 17.
- CUNHAL, Álvaro (2008). «Prefácio a Aquilino Ribeiro, *Quando os Lobos Uivam*». Il. João Abel Manta. Lisboa: *Avante!*, 7-21.
- FERREIRA, José Gomes (1966). *Imitação dos Dias. Diário Inventado*. Lisboa: Portugalia.
- (1974a). «Uma inútil nota preambular». In Aquilino Ribeiro. *Um Escritor Confessa-se. Memórias*. Amadora: Bertrand, 7-28.
- (1974b). «Aquilino Ribeiro em folhetim no *Diário de Notícias*. Escritores depõem». *Diário de Notícias* 1031, 14.11.1974, 17.
- (1979). *A Memória das Palavras I ou O Gosto de Falar de Mim*. 4ª. ed. Lisboa: Moraes.
- (1980) «Breve apresentação da sombra do meu mestre secreto (e tão público!) Raul Brandão». *Relatório de Sombras ou A Memória das Palavras II*. Lisboa: Moraes, 13-17.
- LOPES, Óscar (1990a). «Coordenadas de Aquilino na Literatura Portuguesa». *Colóquio/Letras* 115/116, Maio-Agosto 1990, 7-14.
- (1990b). «Um lugar de nome 'Aquilino'». In *Cifras do Tempo*. Lisboa: Caminho, 169-177.
- LOSA, Margarida Lieblich (1999). «Neo-Realismo e populismo: a questão do destinatário». In Júlio Graça (org.). *Encontro Neo-Realismo. Reflexões sobre um Movimento. Perspectivas*

para um Museu. Vila Franca de Xira, Museu do Neo-Realismo / Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 181-194.

- MATEUS, Isabel Cristina de Brito Pinto (1989). *História e Ficção Histórica em Aquilino Ribeiro: A Casa Grande de Romarigães*. Trabalho policopiado para a prestação de provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentada à Unidade de Letras e Artes da Universidade do Minho.
- MENDES, Manuel (1977). *Aquilino Ribeiro. A Obra e o Homem*. 2ª. ed. Lisboa: Arcádia.
- OLIVEIRA, Carlos (1979). «O que é o povo?». In *O Aprendiz de Feiticeiro*. 3ª. ed. Corrigida. Lisboa: Sá da Costa, 177-180.
- PARRADO, Luís (1994). «Aquilino por Carlos de Oliveira». Trabalho policopiado para o seminário de Literatura Portuguesa (Mestrado de Literatura Portuguesa Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).
- REDOL, Alves (1976). *Fanga*. 9ª. ed. Mem Martins: Europa-América.
- REYNAUD, Maria João (2004). «O meu mestre secreto». In *Sentido Literal. Ensaios de Literatura Portuguesa*. Porto: Campo das Letras, 127-139.
- RIBEIRO, Aquilino (1974). *Um Escritor Confessa-se. Memórias*. Amadora: Bertrand.
- (1975) «Um homem benigno». In *Camões, Camilo, Eça e Alguns Mais. Ensaios de Crítica Histórico-Literária*. Amadora: Bertrand, 183-188.
- VECCHI, Roberto (1990). «Introduzione allo studio delle memorie di Aquilino Ribeiro». *Specilegio Moderno* 22, 170-187.